



SYLVIA MIGUEL

Durante o 3º Encontro Internacional de Governança da Água, realizado de 7 a 9 de novembro no auditório Professor Romeu Landi da Escola Politécnica da USP, a professora Mônica Porto, da Poli, mostrou-se pessimista com os mecanismos de gestão dos recursos hídricos, especialmente no que se refere aos processos participativos dos comitês de bacias das grandes cidades.

Os principais aglomerados urbanos são apontados pela Agência Nacional de Águas (ANA) como os locais mais críticos quanto à disponibilidade de água. Essas regiões deveriam compensar a vulnerabilidade hídrica através de uma governança eficaz do recurso. Mas a visão da professora da Escola Politécnica contraria relatórios e estudos mostrando que um ambiente institucional mais organizado das bacias urbanas possibilita a gestão mais participativa.

“Minha experiência com a Bacia do Alto Tietê me fez mais pessimista com a gestão dos recursos hídricos, em grande parte devido ao nível de confusão que existe nessa bacia. A alocação legítima e sustentável da água é a premissa da gestão dos recursos hídricos. No entanto, gerir o sistema se traduz em gestão de conflitos”, afirmou. A Bacia do Alto Tietê (BAT) supre parte importante do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

A professora acredita que “o processo participativo nas bacias altamente urbanizadas é mais difícil do que nas bacias rurais”, e isso se deve em parte à nova construção institucional do sistema, especialmente em questões “mal resolvidas” de representatividade dos atores sociais.

Para ela, pontos que podem parecer elementares à primeira vista vêm contribuindo para a ineficiência do sistema. “Não está claro, até hoje, quem são os atores e o papel de cada um no processo de gestão. Um exemplo: a companhia de saneamento, conforme o comitê, ora pertence ao município, ora ao Estado, ora à sociedade civil. Todo o processo de representação está muito mal resolvido.”

O reconhecimento dos objetivos comuns e a construção de pactos também não têm sido focados, afirmou. “Sem a definição de papéis e sem a construção de pactos não é possível criar estratégias. Com tudo isso, há uma absoluta dispersão dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) nos comitês, o que demonstra a falta de estratégia”, afirmou.

O sistema de informação e a transparência na gestão dos comitês foram itens apontados



EVENTO

Estratégias para um ambiente melhor

Novas tecnologias têm aprimorado o uso da água, mas mecanismos de gestão de recursos hídricos ainda são precários, diz professora da Escola Politécnica, em encontro internacional sobre o tema

pela professora como os que devem ser melhorados. Por outro lado, a discussão sobre a escassez da água poderá ser totalmente diferente em duas ou três décadas, com o desenvolvimento tecnológico esperado, acredita. “As pesquisas estão mostrando resultados surpreendentes em

diversas tecnologias para aprimoramento do uso da água, relacionadas a reuso, membranas dessalinizadoras, equipamentos poupadores, tratamento de efluentes e muitas outras”, disse.

O professor João Gilberto Lotufo Conejo, licenciado da Escola Politécnica ao assumir a

direção da ANA, lembrou que 80% do orçamento dos planos de bacias hidrográficas são gastos com a melhoria da qualidade das águas. “Há uma clara necessidade de uma ação conjunta para a melhoria do saneamento básico. Essa é uma decisão que cabe, em última instância, aos prefeitos”, disse.

O professor lembrou que os comitês de bacia não são instâncias decisórias. Assim, “o grande nó é quem vai cuidar da implementação dos planos de bacia no dia seguinte à sua aprovação”, ressaltou.

Serviços ambientais – Anita Diederichsen, coordenadora do programa Produtor de Água no âmbito da organização não-governamental The Nature Conservancy (TNC), mostrou o andamento dos projetos de pagamento de serviços ambientais (PSA) no Brasil. Os dados da TNC surpreenderam muitos dos presentes. Existem atualmente 42 projetos de PSA no Brasil, 11 deles já recebendo recursos, sendo R\$ 1,6 milhão o total repassado para produtores rurais engajados no programa.

A metodologia e implantação do Produtor de Água são de responsabilidade da ANA. O programa tem como objetivo a conservação de mananciais es-

tratégicos do País a partir de incentivos financeiros pagos a provedores de serviços ambientais engajados na adoção de práticas sustentáveis de uso e manejo do solo. Os provedores de serviços ambientais, nesse caso, são os produtores rurais. O mecanismo do PSA consiste numa transação contratual realizada por um comprador e um vendedor de um serviço ou conjunto de serviços ambientais ou ecossistêmicos, ou de alguma prática capaz de assegurar a existência dos benefícios ao ambiente.

Denise Tafarello, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado, mostrou os mecanismos e implementação do PSA no Estado de São Paulo e o desenvolvimento do projeto Mina D'Água, voltado à revegetação de matas ciliares.

Além de discussões sobre governança da água e PSA, o evento contou com mesas temáticas sobre segurança hídrica e vulnerabilidade, mudança climática, desastres naturais e comunicação de risco na governança da água.

O encontro trouxe pesquisadores de diversos países, como Benjamin Kiersch, especialista da FAO do Chile, Jeroen Warner, da Universidade Wageningen, da Holanda, e Bárbara Willaarts, da University of Almeria (Espanha). O evento teve coordenação geral do professor Pedro Jacobi, presidente do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental (Procam) da USP, e apoio do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da USP.

Participaram também o professor Humberto Ribeiro da Rocha, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP, Eduardo Soares de Macedo, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Ricardo Hirata, do Instituto de Geociências da USP, e Luiz Carlos Beduschi, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, entre outros debatedores.

